

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracáçumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

EDITAL DE LICITAÇÃO 027/2025

| | |
|--|--|
| Pregão Eletrônico nº 027/2025 | Data de Abertura: 19 de dezembro de 2025, às 09h00min (Horário de Brasília), no sítio https://licitanet.com.br/ |
|--|--|

| | |
|--------------------------------|--|
| FUNDAMENTO LEGAL | O presente certame é regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelos Decretos Municipais nº 02, 03, 04, 05, 06 e 07, de 12 de janeiro de 2024, pela Lei Federal nº 13.709 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD) e pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, bem como pelas demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente neste Edital e seus anexos. |
| OBJETO | Registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos automotores novos, zero quilômetro, destinados a atender às necessidades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Maracáçumé – MA, conforme especificações, condições e quantidades estabelecidas neste Edital e em seus anexos. |
| TIPO DA LICITAÇÃO | Menor Preço Por Item |
| LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA | Portal de Compras do Licitanet – https://licitanet.com.br/ . |

| | |
|--|--|
| Modo de Disputa: Na forma constante no inciso I do artigo 56 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Tipo de Disputa Aberto , devendo os licitantes observarem o rito fixado pela legislação e o presente edital. | Tempo de Disputa: No modo de disputa aberto a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública, observando-se a redução mínima. a) A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários. b) Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida, a sessão pública será encerrada automaticamente. |
|--|--|

| | | | |
|---|--|---|--|
| SRP? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | Exclusiva ME/EPP? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não | Reserva de quota ME/EPP? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não | Amostra/Demonstração? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não |
|---|--|---|--|

| | | |
|--|---|---|
| Regime de Execução Empreitada por Preço Unitário | Tipo de Licitação Menor Preço | Forma de Adjudicação Por Item |
|--|---|---|

| | |
|---|--|
| Pedidos de esclarecimentos Até 16.12.2025, e-mail: maracacumelicitacao@gmail.com | Impugnações Até 16.12.2025, e-mail: maracacumelicitacao@gmail.com |
|---|--|

O download deste Edital está disponível gratuitamente nas seguintes páginas da internet: Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), no sítio eletrônico do município: www.maracacume.ma.br (Licitações) e no Portal Licitanet: <https://licitanet.com.br/>, ou poderá ser solicitado por e-mail (maracacumelicitacao@gmail.com) ou, ainda, na sede do Município de Maracáçumé, situada na Avenida Dayse de Sousa, s/nº, Centro, Maracáçumé - MA, CEP 65.289-000, mediante a apresentação de mídia gravável (pen-drive, CD/DVD), para gravação do edital.

A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico (comunicação pela Internet), dirigida pelo Pregoeiro, a ser realizada conforme indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracáçumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

Sumário

| | |
|--|----|
| 1. DO OBJETO | 3 |
| 2. DO REGISTRO DE PREÇOS | 3 |
| 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO | 4 |
| 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO | 6 |
| 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA | 7 |
| 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO | 13 |
| 9.6 Da Habilitação Jurídica: | 14 |
| 9.7 Da Habilitação Econômico-financeira: | 15 |
| 9.8 Da Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista: | 16 |
| 9.9 Da Qualificação Técnica: | 17 |
| 10. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE | 18 |
| 11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS | 19 |
| 12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA | 19 |
| 13. DOS RECURSOS | 20 |
| 14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO | 21 |
| 15. DA CONTRATAÇÃO | 21 |
| 16. DO PAGAMENTO | 21 |
| 17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES | 21 |
| 18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO | 21 |
| 19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS | 22 |
| Anexo I – Termo de Referência | 23 |
| Anexo II - Modelo de Proposta de Preços | 43 |
| Anexo III - Minuta de Ata de Registro de Preços | 45 |
| Anexo IV – Minuta Contratual | 51 |

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracáçumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2025 (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 056/2025)

O Fundo Municipal de Saúde de Maracáçumé – MA, inscrito no CNPJ sob o nº 11.452.644/0001-37, com sede na Rua Nova Betel, s/n, Bairro Mangueira, Maracáçumé – MA, CEP 65289-000, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO, em sua forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, sob o regime de empreitada por preço unitário, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, dos Decretos Municipais nºs 02 a 07, de 12 de janeiro de 2024, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), e demais normas aplicáveis, bem como das condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

1. DO OBJETO

- 1.1 O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de veículos automotores novos, zero quilômetro, destinados a atender às necessidades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Maracáçumé – MA, conforme especificações, condições e quantidades estabelecidas neste Edital e em seus anexos.
- 1.2 O objeto compreende a aquisição de:
 - 1.2.1 03 (três) ambulâncias Tipo A – Simples Remoção, adaptadas exclusivamente sobre veículo Toyota Hilux, cabine simples, motor 2.8 Turbo Diesel, potência mínima de 200 cv, cilindrada mínima de 2.755 cm³, tração 4x4, devidamente equipadas conforme as exigências da Portaria GM/MS nº 2.048/2002, da RDC ANVISA nº 50/2002 e da Resolução CFM nº 1.680/2003, incluindo giroflex em LED, sirene eletrônica, sinalização regulamentar e adesivação padronizada “AMBULÂNCIA – USO EXCLUSIVO EM SERVIÇO DE SAÚDE”
 - 1.2.2 02 (dois) veículos automotores tipo passeio, novos, zero quilômetro, 05 (cinco) lugares, ano/modelo mínimo 2025/2026, motorização mínima 1.0 aspirado, potência mínima de 71 cv (G) / 75 cv (E), câmbio manual, direção hidráulica ou elétrica, ar-condicionado, freios ABS, airbags frontais, sistema multimídia com entrada USB, rodas em aço aro 14", porta-malas com capacidade mínima conforme especificação do fabricante, todos devidamente emplacados, licenciados e registrados em nome do Fundo Municipal de Saúde de Maracáçumé – MA.
- 1.3 Os veículos deverão ser entregues novos, completos, regularizados e prontos para uso, devidamente emplacados, licenciados e com todos os tributos, encargos e equipamentos obrigatórios quitados e instalados, observadas as normas da ABNT, do CONTRAN e do Código de Trânsito Brasileiro.
- 1.4 A licitação será realizada em itens distintos, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se à licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 1.5 Em caso de discrepância entre as especificações publicadas no Portal Licitanet (<https://licitanet.com.br>) e as constantes deste Edital e seus anexos, prevalecerão as disposições deste Edital.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciadores e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracáçumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

2.2 A validade dos preços registrados será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Portal de Compras do Licitanet (<https://licitanet.com.br>).

3.1.1 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

3.1.1.1 O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão disponíveis na plataforma, através do site: <https://www.licitanet.com.br/>;

3.1.2 Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;

3.1.3 Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo do município de Maracáçumé, em nenhuma hipótese, responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;

3.1.4 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

3.1.5 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica;

3.1.6 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

3.2 Não poderão participar desta licitação os interessados:

3.2.1 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.2.2 Pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

3.2.3 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.2.4 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracatumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

- 3.2.5 Suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta municipal, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei federal nº 14.133/2021;
- 3.2.6 Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei federal nº 14.133/2021;
- 3.2.7 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;
- 3.2.8 O impedimento de que trata o item 3.2.1 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;
- 3.2.9 Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio¹;
- 3.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.5 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.6 O licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), conforme art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, e que não esteja sujeito a quaisquer dos impedimentos do parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, deverá declarar, em campo próprio, no sistema eletrônico, sua condição de ME ou EPP.

PARA CONHECIMENTO: Benefícios exclusivos para as ME, EPP e equiparadas conforme Lei federal nº 14.133/21².

A obtenção benefício a que se refere o item acima fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração

¹ Justificativa para Vedação de Consórcio: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” no Pregão em tela.

² Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:

I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

§ 3º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracáçumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. O licitante deverá apresentar declaração de observância desse limite na licitação junto aos documentos de habilitação.

O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

Os licitantes deverão também declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, quando do registro de sua proposta comercial, que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta atende às exigências do edital

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com os preços, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
 - 4.2.1 Todos os documentos de habilitação deverão estar autenticados eletronicamente para que seja comprovada a veracidade destes. Caso haja dúvidas durante a sessão quanto aos documentos inseridos, serão utilizadas as diligências necessárias para sanar possíveis dúvidas de sua autenticidade.
- 4.3 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, sob pena de não aceitação, dos seguintes campos: Valor unitário e total do item; Descrição detalhada do objeto, contendo as informações de prazo de entrega dos bens licitados, obrigando-se o proponente, nesse caso, a entregar os bens de acordo com as exigências do Edital;
 - 4.3.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
 - 4.3.2 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
 - 4.3.3 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
 - 4.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - 4.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 4.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - 4.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracaçumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

- 4.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei federal nº 14.133, de 2021.
- 4.5.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.5.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.6 A falsidade da declaração de que trata os itens 4.5 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei federal nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.9 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.10 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.10.1 a aplicação do intervalo mínimo de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.10.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.11 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.11.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.12 O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.13 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.14 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1 valor unitário e total do item;

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracatumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

- 5.1.2 Marca;
- 5.1.3 Fabricante;
- 5.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 5.1.5 Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo previsto no Anexo I do Termo de Referência.
- 5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3 O licitante poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 5.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto.
- 5.5 Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.
- 5.6 Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 5.5, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.
- 5.7 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.8 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.9 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.10 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
 - 5.10.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
 - 5.10.2 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.11 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa Contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracaçumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

- 6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
- 6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 0,10% (um décimo por cento).
- 6.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
 - 6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
 - 6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
 - 6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
 - 6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo desconto, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do maior desconto registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracáçumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

- 6.18 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
 - 6.18.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
 - 6.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
 - 6.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.19 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.19.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei federal nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
 - 6.19.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 6.19.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 6.19.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 6.19.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
 - 6.19.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
 - 6.19.2.1 empresas estabelecidas no território do município de Maracáçumé, do estado do Maranhão;
 - 6.19.2.2 empresas brasileiras;
 - 6.19.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 6.19.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 7.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracajumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos artigos 62 a 70 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

7.2 Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.3 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.5 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.5.1 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.5.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

7.5.3 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.5.3.1 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.5.3.2 Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

7.5.3.2.1 O critério de exame das amostras se restringe à verificação da conformidade do bem ofertado, confrontado com as exigências técnicas expressas por parâmetros e padrão de desempenho constante no descritivo do Termo de Referência (Anexo I) e às informações técnicas prestadas pelo arrematante.

7.5.3.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.5.3.4 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.5.3.5 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracajumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

- 7.5.3.6 Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 90 (noventa) dias, após o qual poderão ser descartadas ou incorporadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.
- 7.5.3.7 Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.
- 7.6 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.7 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.
- 7.8 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 7.8.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 7.8.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.9 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 7.10 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

- 8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei federal nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.2.8. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 8.1.1 SICAF;
- 8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 8.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 8.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 8.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracatumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

- 8.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.
- 8.5 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no Decreto nº 04, de 12 de janeiro de 2024.
- 8.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 8.6.1 conter vícios insanáveis;
 - 8.6.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 8.6.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 8.6.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 8.6.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.7 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.7.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
 - 8.7.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 8.7.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.8 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.9 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.10 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 8.10.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 8.10.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.11 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 9.1 O julgamento da habilitação se processará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito à:
- a) Documentação relativa à habilitação jurídica;
 - b) Documentação relativa à habilitação econômica–financeira;
 - c) Documentação relativa à habilitação fiscal, social e trabalhista;

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracaçumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

- d) Documentação relativa à qualificação técnica.
- 9.1.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no Portal de Compras Públicas, e ainda nos seguintes cadastros:
 - 9.1.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
 - 9.1.1.2 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
 - 9.1.1.3 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União (TCU).
 - 9.1.2 Para fins de habilitação, será observado o preenchimento “sim ou não”, em campo próprio do sistema eletrônico, das declarações constantes nos subitens do item 4.5 deste Edital.
 - 9.2 Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.
 - 9.3 Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados até a data da realização da licitação.
 - 9.4 O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros e falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação.
 - 9.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização das diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 8.4, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
 - 9.6 Da Habilitação Jurídica:
 - 9.6.1 Registro comercial, no caso de empresário individual;
 - 9.6.2 Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado;
 - 9.6.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício.
 - 9.6.3.1 A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais incumbidas de sua administração, exceto se assumir a forma de sociedade cooperativa.
 - 9.6.4 A prova da investidura dos administradores da sociedade limitada eventualmente designados em ato separado do Contrato Social, mediante termo de posse no livro de atas da Administração e averbação no registro competente.
 - 9.6.5 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracatumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

- 9.6.6 Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.
- 9.6.7 As sociedades cooperativas deverão fornecer os seguintes documentos, de forma atualizada e consolidada:
- 9.6.7.1 Ato constitutivo;
 - 9.6.7.2 Estatuto acompanhado da ata da Assembleia que o aprovou;
 - 9.6.7.3 Regimento interno acompanhado da ata da Assembleia que o aprovou;
 - 9.6.7.4 Regimentos dos fundos instituídos pelos cooperados acompanhados das atas das Assembleias que os aprovaram;
 - 9.6.7.5 Atas das Assembleias Gerais em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros da cooperativa;
 - 9.6.7.6 Registro de presença dos cooperados nas 03 (três) últimas Assembleias Gerais;
 - 9.6.7.7 Ata da sessão em que os cooperados autorizam a cooperativa a contratar o objeto deste certame, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa.

9.7 Da Habilitação Econômico-financeira:

- 9.7.1 Balanço patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (demonstrações contábeis) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.
- 9.7.2 A capacidade Financeira da Sociedade Empresária será avaliada mediante os seguintes indicadores, das demonstrações contábeis do último exercício social.

- a) Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que 1 (um).

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

- b) Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que 1 (um).

$$\text{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

- 9.7.2.1 Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

ILC maior ou igual a 1(um)
ILG maior ou igual a 1(um)

- 9.7.3 Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e Demonstração do Resultado do Exercício que apresentem valores dos 2 (dois) últimos exercício, conforme art. 176, § 1º da Lei 6.404/76 e inciso I do art. 69 da Lei federal nº 14.133/2021 e assim apresentados:

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracatumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

- a) publicados em Diário Oficial; ou
- b) publicados em Jornal; ou
- c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- d) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, ou;
- e) Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitida via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 da Lei Federal nº 10.406/2002.

9.7.3.1 Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

9.7.3.2 Quando se tratar de sociedade constituída há menos de dois anos, os documentos referidos limitar-se-ão ao último exercício.

9.7.3.3 Será exigido do consórcio licitante um acréscimo de 10% sobre o valor exigido de licitante individual para fins de habilitação econômico-financeira, conforme o § 1º do art. 15 da Lei federal nº 14.133/2021.

9.7.4 Certidões negativas de falência, recuperação judicial e extrajudicial, ou de insolvência civil expedidas pelo Distribuidor da sede da licitante.

9.8 Da Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

9.8.1 Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

9.8.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação.

9.8.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

9.8.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.8.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

9.8.6 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

9.8.6.1 Nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários.

9.8.7 Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracaçumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

- 9.8.8 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A - Da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 9.8.9 Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ou Declaração firmada pela licitante, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, salvo maiores de quatorze anos na condição de aprendiz, sob as penas da lei.

9.9 Da Qualificação Técnica:

- 9.9.1.1 A qualificação técnica será comprovada mediante apresentação de atestado de capacidade técnico-operacional, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante tenha fornecido, de forma satisfatória, bens de natureza pertinente e compatível com o objeto desta licitação, independentemente de quantitativos ou prazos, em conformidade com o art. 67, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 9.9.1.2 O(s) atestado(s) deverá(ão) ser emitido(s) em papel timbrado da empresa ou órgão contratante, devidamente assinado(s) por seu representante legal, contendo, no mínimo:
 - a) identificação do emitente (nome, endereço e telefone);
 - b) nome e CNPJ da empresa contratada;
 - c) descrição do objeto fornecido;
 - d) declaração de que o fornecimento foi realizado com bom desempenho;
 - e) identificação do signatário (nome, cargo e CPF).
- 9.9.1.3 As diligências necessárias à verificação da veracidade das informações apresentadas serão promovidas pelo Agente de Contratação designado, nos termos dos arts. 8º, inciso XVI, e 64, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, podendo ser exigidos documentos complementares ou efetuados contatos com os emitentes dos atestados para confirmação das informações.
- 9.9.1.4 Constatada falsidade ou divergência de informações, a licitante será inabilitada, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, e da responsabilização penal prevista no art. 337-F do Código Penal.

9.10 Da Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista das ME/EPP

- 9.10.1 A licitante enquadrada como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) deverá apresentar toda a documentação exigida para comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, mesmo que contenha alguma restrição, conforme previsto no art. 70, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, c/c os arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006.
- 9.10.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, social ou trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, bem como para a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.
- 9.10.3 A não regularização da documentação no prazo previsto implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo do disposto no art. 90, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021, podendo o Pregoeiro convocar o licitante classificado em seguida, na ordem de classificação, para assinatura do contrato.

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracáçumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

- 9.11 Após a entrega dos documentos de habilitação, não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos, salvo em diligência promovida pelo Pregoeiro, destinada à complementação de informações acerca dos documentos já apresentados, quando necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame, ou à atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, conforme o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.
- 9.12 Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas formais que não alterem a substância dos documentos nem prejudiquem sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos os participantes, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.13 Serão exigidos, apenas do licitante declarado provisoriamente vencedor, como condição para assinatura do futuro contrato, sob pena de desclassificação e consequente convocação do segundo colocado, a apresentação de catálogo, folder ou quaisquer outros documentos que demonstrem, de forma clara e precisa, todas as características técnicas concernentes ao objeto ora licitado, de modo a permitir a análise técnica quanto aos padrões de qualidade e conformidade dos produtos a serem fornecidos ao Fundo Municipal de Saúde de Maracáçumé – MA³.
- 9.14 Na hipótese de o licitante melhor classificado não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.
- 9.15 Serão disponibilizados para acesso público apenas os documentos de habilitação da licitante cuja proposta atenda integralmente ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 10.1 A Contratada, na execução do objeto desta licitação, deverá observar as diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, em conformidade com o art. 225 da Constituição Federal, os arts. 5º, XII, e 11, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como demais normas aplicáveis, de modo a garantir a proteção ambiental, o uso racional dos recursos naturais e a promoção do desenvolvimento sustentável.
- 10.2 Para o fornecimento dos veículos objeto desta licitação, deverão ser observados os critérios mínimos de sustentabilidade estabelecidos no Termo de Referência (Anexo I) e nos Estudos Técnicos Preliminares, notadamente:
- 10.2.1 Observância das orientações contidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União;
 - 10.2.2 Priorização de veículos que atendam aos limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos e de ruído, conforme a legislação ambiental brasileira vigente, como o PROCONVE P8 (Euro VI), ou norma técnica equivalente ou superior que venha a substituí-la;
 - 10.2.3 Preferência por veículos que apresentem maior eficiência energética e menor consumo de combustíveis fósseis, valorizando-se aqueles com selo de eficiência energética do INMETRO ou classificação equivalente, quando aplicável à categoria do veículo;
 - 10.2.4 Utilização, sempre que possível, de embalagens recicláveis, reutilizáveis ou de baixo impacto ambiental durante o transporte e entrega dos veículos;
 - 10.2.5 Garantia, por parte da Contratada, do descarte ambientalmente adequado de resíduos gerados durante a preparação, transporte e entrega dos veículos, bem como dos

³ A exigência prevista no item acima faz-se necessária em virtude da análise técnica dos padrões de qualidade e conformidade dos produtos a serem entregues ao município de Maracáçumé – MA.

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracatumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

componentes substituídos durante a vigência da garantia — incluindo pneus, óleos lubrificantes e baterias — em conformidade com as especificações do Termo de Referência e a legislação ambiental vigente.

- 10.3 A Administração verificará o cumprimento dos critérios de sustentabilidade no recebimento dos veículos e durante a execução contratual, conforme aplicável. O descumprimento das exigências ambientais ou de sustentabilidade previstas neste edital e em seus anexos poderá ensejar a recusa do objeto, a glosa de pagamentos e a aplicação das sanções administrativas cabíveis, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 11.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei federal nº 14.133, de 2021.
- 11.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificada ou do fornecedor convocado, desde que:
- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
 - (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 11.3 As atas de registro de preços serão assinadas por meio de assinatura digital e disponibilizadas no sistema de registro de preços.
- 11.3.1 A assinatura da ata de registro de preços, será realizada através do Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil e Gov.br
- 11.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, os descontos registrados e demais condições.
- 11.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 11.6 A existência de preços (descontos) registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 11.7 Na hipótese de a convocada não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 12.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com valor igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
 - 12.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original
- 12.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
 - 12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com desconto igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracáçumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

- 12.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 12.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
 - 12.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto Municipal nº 0072025.
- 12.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com desconto igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o desconto mínimo estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 12.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de desconto melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
 - 12.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

- 13.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei federal nº 14.133, de 2021.
- 13.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 13.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 13.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 13.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 20 (vinte) minutos.
 - 13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 13.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 13.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 13.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 13.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 13.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.maracacume.ma.gov.br/licitacaolista.php>.

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracáçumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 14.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo Pregoeiro à autoridade máxima para adjudicação e homologação.
- 14.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

15. DA CONTRATAÇÃO

- 15.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.
- 15.2 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.
- 15.3 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 15.2, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

16. DO PAGAMENTO

- 16.1 As condições do pagamento estão estabelecidas no Anexo I, Termo de Referência

17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 17.1 As sanções administrativas incidentes estão estabelecidas no Anexo I, Termo de Referência

18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 18.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei federal nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 18.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 18.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos e-mails maracacumelicitacao@gmail.com e/ou licitacao@maracacume.ma.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço na Sede do Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Maracáçumé, sediada a Avenida Dayse de Souza, s/n, centro, Maracáçumé – MA, CEP 65.289-000;
- 18.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
 - 18.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 18.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracáçumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 19.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 19.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 19.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 19.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 19.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 19.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 19.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 19.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 19.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 19.10 A publicidade deste Edital será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), disponível no endereço eletrônico: <https://pncp.gov.br/>, nos termos fixados nos art. 54 da Lei federal nº 14.133, de 2021.
- 19.11 O presente Edital também será publicado, em forma de AVISO, no Diário Oficial, bem como em jornal diário de grande circulação (art. 54, § 1º, da Lei federal nº 14.133, de 2021).
- 19.12 A íntegra do presente edital e seus anexos, bem como todos os documentos, os esclarecimentos, impugnações, atos decisórios do procedimento licitatório durante a FASE EXTERNA serão divulgados na Plataforma Licitanet, disponível no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>, e no sítio internet do município de Maracáçumé, disponível no endereço eletrônico <https://www.maracacume.ma.gov.br/licitacaolista.php>.
- 19.13 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
 - 19.13.1 Anexo I - Termo de Referência;
 - 19.13.2 Anexo II – Modelo da Proposta de Preços;
 - 19.13.3 Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços;
 - 19.13.4 Anexo IV – Minuta do Termo de Contrato.

Maracáçumé - MA, em 04 de dezembro de 2025.

Luana Cristina Melo de Oliveira
Secretário Municipal de Saúde

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracáçumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

Anexo I – Termo de Referência

TERMO DE REFERÊNCIA



1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de veículos automotores novos, zero quilômetro, destinados a atender às necessidades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Maracáçumé – MA, conforme especificações técnicas, condições e exigências estabelecidas neste documento e em seus anexos.

1.2. O objeto compreende a aquisição de:

- 03 (três) ambulâncias Tipo A – Simples Remoção, adaptadas sobre caminhonete (pickup) cabine simples, marca Toyota, modelo Hilux 2.8 Turbo Diesel 4x4, ano/modelo mínimo 2025/2025, potência mínima 200 cv e cilindrada mínima 2.755 cm³, devidamente equipadas, certificadas e homologadas conforme a Portaria GM/MS nº 2.048/2002, a RDC ANVISA nº 50/2002, normas ABNT e Resoluções do CONTRAN, todas emplacadas, licenciadas e registradas em nome do Fundo Municipal de Saúde de Maracáçumé – MA;
- 02 (dois) veículos automotores tipo passeio, novos, zero quilômetro, carroceria hatch, 05 (cinco) lugares, ano/modelo mínimo 2025/2025, motorização mínima 1.0, potência mínima 71 cv (G) / 75 cv (E), combustível flex, direção hidráulica ou elétrica, câmbio manual de 5 marchas, ar-condicionado, freios ABS, airbags frontais e sistema multimídia ou rádio com entrada USB, devidamente emplacados, licenciados e registrados em nome do Fundo Municipal de Saúde de Maracáçumé – MA.

1.3. Os bens descritos, ainda que façam referência à marca para fins de padronização, são classificados como bens comuns, amplamente disponíveis no mercado, conforme art. 6º, XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.4. Nenhum dos itens se enquadra como bem de luxo, nos termos do Decreto Federal nº 10.818/2021, destinando-se exclusivamente ao atendimento público essencial na área da saúde, observando os princípios da economicidade, eficiência, planejamento e interesse público, previstos no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Da Necessidade da Contratação

2.1.1. A presente contratação tem por finalidade atender à necessidade concreta e prioritária do Fundo Municipal de Saúde de Maracáçumé – MA, consistente na substituição e ampliação da frota de veículos automotores utilizados nos serviços de transporte sanitário, logístico e administrativo vinculados à rede municipal de saúde. A medida visa garantir a continuidade, a eficiência e a segurança dos serviços públicos de saúde, assegurando melhores condições para o deslocamento de pacientes, profissionais e insumos médicos, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos nos arts. 5º e 11 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.1.2. A atual frota do Fundo Municipal de Saúde apresenta desgaste acentuado e baixa confiabilidade operacional, exigindo manutenções corretivas frequentes e onerando o erário municipal. Essa situação tem prejudicado a

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracáçumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

disponibilidade e a agilidade no atendimento de emergências, remoções intermunicipais e ações itinerantes de saúde, comprometendo a efetividade das políticas públicas do Sistema Único de Saúde (SUS) em âmbito local.

2.1.3. Além disso, as distâncias médias superiores a 400 km entre Maracáçumé e os hospitais de referência situados em Santa Luzia do Paruá, Pinheiro, Presidente Médici e São Luís/MA impõem condições severas de deslocamento, com trechos de rodovias deterioradas e travessia via ferry boat, o que exige veículos robustos, seguros e adequadamente equipados.

2.1.4. Dessa forma, a aquisição de veículos novos e padronizados, conforme detalhado neste Termo de Referência, representa uma ação estratégica e planejada de gestão pública, voltada à modernização da frota do Fundo Municipal de Saúde, à redução de custos operacionais, ao aumento da durabilidade e eficiência dos bens públicos e à melhoria contínua dos serviços prestados à população maracáçumense.

2.2. Da Justificativa para a Escolha da Marca (Padronização)

2.2.1. A indicação da marca Toyota fundamenta-se no princípio da padronização, previsto no art. 46, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que permite à Administração Pública definir padrão de bens quando tal medida se mostrar necessária para garantir uniformidade, continuidade, economicidade e eficiência operacional.

2.2.2. A padronização é recomendada pela jurisprudência consolidada do TCU, que admite referência à marca quando:

- (a) houver justificativa técnica;
- (b) o serviço for essencial;
- (c) a padronização reduzir custos e aumentar a eficiência; e
- (d) houver ganhos concretos de manutenção e logística.

– (Acórdãos TCU 1214/2013 – Plenário, 2273/2015 – Plenário, 2622/2013 – Plenário).

2.2.3. No Fundo Municipal de Saúde de Maracáçumé – MA, a padronização das ambulâncias na marca Toyota permite:

- manutenção preventiva e corretiva unificada;
- estoque padronizado de peças;
- redução de custos operacionais;
- menor tempo de imobilização dos veículos;
- capacitação única dos condutores e equipes;
- maior previsibilidade e controle da frota;
- vida útil mais longa e menor custo por quilômetro rodado.

2.2.4. A opção por uma única marca evita a fragmentação da frota, fenômeno que aumenta custos e reduz a eficiência dos serviços de saúde, especialmente em veículos de uso intensivo e permanente.

2.2.5. O município também conta com rede regional de concessionárias e oficinas autorizadas Toyota em polos estratégicos (Santa Inês, Pinheiro e São Luís), o que proporciona assistência técnica rápida, disponibilidade de peças originais e menor tempo de manutenção — critérios expressamente aceitos pelo TCU para padronização.

2.2.6. Assim, a referência à marca Toyota não configura direcionamento indevido, mas decisão administrativa legítima, decorrente de critérios funcionais, econômicos e operacionais, plenamente respaldada pela legislação e jurisprudência.

2.3. Da Justificativa Técnica – Ambulância Toyota Hilux 2.8 Diesel 4x4

2.3.1. A adoção do modelo Toyota Hilux 2.8 Turbo Diesel, cabine simples, tração 4x4, decorre de requisitos técnicos indispensáveis ao atendimento das necessidades do serviço de remoção de pacientes no Município de Maracáçumé – MA, cujas condições geográficas e viárias exigem veículo de alto desempenho, resistência e confiabilidade operacional.

2.3.2. As ambulâncias do Município realizam deslocamentos frequentes em estradas vicinais, áreas rurais de difícil acesso, trechos alagadiços, lama profunda, buracos, erosões, igarapés, pequenos riachos e vias sem qualquer pavimentação, especialmente durante o período chuvoso. Nessas condições, veículos convencionais apresentam alto risco de atolamento, podendo interromper o transporte de pacientes enfermos, inclusive em casos graves. A Hilux 4x4 é tecnicamente adequada para mitigar esses riscos.

2.3.3. O motor 2.8 Turbo Diesel (200 cv e torque superior a 42 kgfm) oferece força suficiente para vencer ladeiras, lama e terrenos irregulares, mesmo com o peso adicional do módulo de ambulância e dos equipamentos hospitalares obrigatórios.

Essa relação potência/torque/capacidade de carga é essencial para garantir deslocamento seguro e contínuo, evitando falhas mecânicas durante a remoção de pacientes.

2.3.4. A tração 4x4, associada à altura elevada do solo, assegura desempenho superior em rotas críticas, reduzindo drasticamente a probabilidade de atolamento ou interrupção da viagem. Trata-se de requisito indispensável para o Município, que enfrenta trechos onde carros 4x2 e SUVs comuns não conseguem transitar com segurança.

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracáçumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

2.3.5. A Toyota Hilux também garante estabilidade e confiabilidade mecânica, permitindo viagens de longa distância até hospitais regionais e de referência, tais como:

- Santa Luzia do Paruá
- Pinheiro
- Presidente Médici
- São Luís (via BR-316 e Ferry Boat)

Esses trajetos envolvem longos percursos, com variações de terreno e trechos críticos que demandam veículo com elevada durabilidade e resistência.

2.3.6. Outro ponto técnico fundamental é a existência de rede regional de concessionárias Toyota (Pinheiro, Santa Inês e São Luís), permitindo:

- manutenção rápida;
- disponibilidade imediata de peças originais;
- redução de tempo de imobilização da ambulância;
- garantia de continuidade do serviço essencial.

A proximidade de suporte técnico especializado é um critério técnico aceito pelo TCU como legítimo e necessário em contratações desse tipo.

2.3.7. A Hilux apresenta total compatibilidade com os requisitos da Portaria GM/MS nº 2.048/2002 e da RDC ANVISA nº 50/2002, permitindo instalação adequada e segura de:

- maca retrátil articulada;
- iluminação interna em LED;
- ventilação/exaustão;
- tomadas 12V e 110V com inversor;
- suportes de oxigênio;
- armário para materiais;
- equipamentos de emergência e imobilização.

2.3.8. Com esse conjunto de elementos, a Toyota Hilux 2.8 4x4 constitui a única solução tecnicamente viável e segura para garantir o serviço de transporte de pacientes em Maracáçumé–MA, reduzindo riscos à vida, aumentando a confiabilidade operacional e garantindo continuidade dos atendimentos.

2.3.9. Portanto, a escolha do modelo Toyota Hilux 2.8 Diesel 4x4 representa decisão técnica fundamentada, necessária para assegurar eficiência, segurança, durabilidade, desempenho e atendimento pleno às condições reais do território, nos termos dos princípios do planejamento, da eficiência e do interesse público previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (CICLO DE VIDA DO OBJETO)

3.1. A solução proposta consiste na aquisição de veículos automotores novos, zero quilômetro, mediante Registro de Preços, contemplando:

- 03 (três) ambulâncias Tipo A – Simples Remoção, adaptadas sobre caminhonete cabine simples, motor a diesel 2.8, potência mínima de 200 cv, tração 4x4, devidamente equipadas conforme a Portaria GM/MS nº 2.048/2002, a RDC ANVISA nº 50/2002 e demais normas técnicas de segurança, saúde, ergonomia e conforto aplicáveis;
- 02 (dois) veículos de passeio, com 05 (cinco) lugares, motorização mínima 1.0, potência mínima 71 cv (G) / 75 cv (E), combustível flex, direção elétrica ou hidráulica, câmbio manual ou automático, ar-condicionado, freios ABS, airbags frontais e sistema multimídia ou rádio com entrada USB.

3.2. Os bens adquiridos serão incorporados ao patrimônio do Fundo Municipal de Saúde de Maracáçumé – MA e destinados exclusivamente ao uso em serviço público, conforme a natureza assistencial, logística e administrativa das atividades desenvolvidas pela rede municipal de saúde.

3.3. A solução contempla todas as fases do ciclo de vida do objeto, entendidas como o conjunto de etapas que envolvem o planejamento, a aquisição, a utilização, a manutenção e o desfazimento dos bens, conforme definido no art. 3º da Lei nº 12.305/2010 e no art. 6º, XXIII, “c”, da Lei nº 14.133/2021.

a) Fase de Planejamento e Aquisição

3.3.1. Corresponde à fase inicial do processo, que abrange a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) e deste Termo de Referência (TR), de forma a evidenciar o problema público, a viabilidade técnica e econômica e a melhor solução para sua resolução, em conformidade com o art. 18, § 1º, I e VII, da Lei nº 14.133/2021 e com o art. 9º da IN SEGES/ME nº 58/2022.

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracáçumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

3.3.2. A contratação será formalizada por meio de Ata de Registro de Preços, e as aquisições ocorrerão conforme a necessidade e disponibilidade orçamentária do Fundo Municipal de Saúde. A entrega dos veículos deverá ser acompanhada da Nota Fiscal, Termo de Garantia, Manual do Proprietário, CRLV, e Termo de Entrega Técnica, conforme especificado no item 4 deste Termo.

3.3.3. O recebimento dos bens se dará em duas etapas: provisório (para conferência e vistoria) e definitivo (para incorporação patrimonial), de acordo com os arts. 117 e 140 da Lei nº 14.133/2021, mediante termo circunstanciado assinado pelo fiscal do contrato ou comissão designada.

b) Fase de Operação e Manutenção

3.3.4. Inicia-se com o uso regular dos veículos nas atividades assistenciais e administrativas do Fundo Municipal de Saúde, abrangendo transporte de pacientes, deslocamento de equipes médicas e apoio logístico.

3.3.5. Durante o período de garantia contratual, a contratada será responsável pela substituição de peças e reparos decorrentes de defeitos de fabricação, sem ônus à Administração.

3.3.6. Após o término da garantia, caberá ao Fundo Municipal de Saúde a execução da manutenção preventiva e corretiva, o abastecimento, o licenciamento anual, e a observância das obrigações tributárias e ambientais associadas ao uso do bem.

3.3.7. Deverá ser instituído controle individualizado da frota, com registros de quilometragem, manutenção, consumo e condutores, em conformidade com as normas de gestão patrimonial e frota pública.

c) Fase de Sustentabilidade e Eficiência Operacional

3.3.8. A aquisição deverá priorizar veículos que atendam aos critérios de eficiência energética e aos limites máximos de emissão de poluentes, conforme o PROCONVE P8 (Euro VI) e as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU.

3.3.9. Deverá ser observada a utilização de materiais recicláveis, reutilizáveis ou de baixo impacto ambiental nas embalagens e processos logísticos, bem como o descarte ambientalmente adequado de resíduos e componentes substituídos durante a vida útil dos veículos.

d) Fase de Desfazimento (Baixa Patrimonial)

3.3.10. Ao final da vida útil estimada — entre cinco (5) e sete (7) anos, ou antes, caso o custo de manutenção se torne antieconômico — os veículos serão retirados de serviço e submetidos a processo de alienação, conforme o art. 76 da Lei nº 14.133/2021.

3.3.11. O desfazimento ocorrerá preferencialmente por leilão público, podendo, de forma excepcional e justificada, ocorrer mediante doação ou permuta, observando-se os princípios da economicidade, transparência e sustentabilidade.

3.4. Em observância ao disposto no art. 47, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, e à Portaria SEGES/ME nº 938/2022, será consultado o Catálogo Eletrônico de Padronização para verificação das especificações técnicas aplicáveis, considerando critérios de qualidade, durabilidade, rendimento e segurança.

3.5. O ciclo de vida descrito assegura que os bens sejam utilizados com eficiência, segurança, economicidade e sustentabilidade, maximizando o retorno do investimento público e garantindo a continuidade, a qualidade e a previsibilidade dos serviços de saúde prestados à população de Maracáçumé – MA, em conformidade com as boas práticas de planejamento e gestão pública.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos Gerais

4.1.1. A entrega dos bens deverá ocorrer em perfeitas condições de uso, diretamente no Município de Maracáçumé/MA, no endereço a ser indicado pelo Fundo Municipal de Saúde.

4.1.2. Todos os veículos deverão possuir garantia mínima de fábrica de 12 (doze) meses, ou prazo superior oferecido pelo fabricante/distribuidor, abrangendo peças e serviços.

4.1.3. A contratada deverá assegurar a disponibilidade de assistência técnica autorizada no Estado do Maranhão, garantindo revisões e manutenções dentro do período de garantia.

4.1.4. Deverá ser realizado treinamento básico aos servidores designados, quando necessário, sobre utilização, conservação e manutenção preventiva dos veículos.

4.1.5. Cada unidade entregue deverá vir acompanhada de manual do proprietário e de revisões periódicas em língua portuguesa.

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracáçumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

4.1.6. O fornecimento deverá observar integralmente o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e as Resoluções do CONTRAN.

4.1.7. As ambulâncias deverão atender integralmente às Portarias GM/MS nº 1.483/2021 e nº 2.048/2002, quanto à adequação das Ambulâncias Tipo A – Simples Remoção.

4.2. Requisitos de Qualidade e Conformidade

4.2.1. Todos os veículos deverão ser novos, zero quilômetro, sem uso anterior.

4.2.2. Considera-se veículo zero quilômetro aquele que não tenha sido usado ou rodado, conforme entendimento do Acórdão nº 10.125/2017 – TCU – Segunda Câmara.

4.2.3. Todos os veículos deverão estar integralmente legalizados, sendo vedadas adaptações ou modificações que comprometam requisitos legais, normativos ou de segurança.

4.3. Requisitos de Documentação

4.3.1. A contratada deverá apresentar Nota Fiscal emitida em nome do Fundo Municipal de Saúde de Maracáçumé/MA, contendo a identificação completa do veículo, número do chassi, placa (quando aplicável), valor total e tributos incidentes.

4.3.2. Deverá ser apresentada cópia autenticada do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) em nome do Fundo Municipal de Saúde, devidamente emplacado e licenciado no Estado do Maranhão.

4.3.3. Caberá à contratada a regularização de todos os encargos e despesas relativas ao frete, IPVA proporcional, emplacamento, placas padrão Mercosul, licenciamento e seguro obrigatório (DPVAT), até a entrega definitiva.

4.3.4. Deverá ser fornecido Termo de Garantia emitido pelo fabricante, contendo condições, prazos e abrangência da cobertura.

4.4. Requisitos Ambientais e de Segurança

4.4.1. Os veículos deverão atender aos padrões ambientais vigentes (PROCONVE/PROMOT – IBAMA) relativos à emissão de gases poluentes e ruídos.

4.4.2. Todos os itens deverão conter equipamentos de segurança obrigatórios, conforme o CTB e Resoluções do CONTRAN, incluindo freios ABS, airbags frontais, cintos de segurança, retrovisores, pneus e iluminação adequados.

4.4.3. As ambulâncias deverão possuir sinalização visual e sonora de emergência, conforme a Resolução CONTRAN nº 970/2022 e a Portaria GM/MS nº 2.048/2002, incluindo giroflex em LED, sirene eletrônica e dispositivos luminosos de alerta.

4.5. Sustentabilidade

4.5.1. Além dos critérios já descritos, deverão ser observadas as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU e o disposto no art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, visando à eficiência energética e redução de impactos ambientais.

4.5.2. Os veículos deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes e ruídos, conforme o PROCONVE P8 (Euro VI) ou norma técnica equivalente.

4.5.3. A contratada deverá realizar o descarte ambientalmente adequado de resíduos gerados no processo de transporte, entrega e manutenção (pneus, óleos, baterias e filtros), bem como utilizar embalagens recicláveis ou de baixo impacto ambiental.

4.6. Indicação de Marca e Padronização

4.6.1. Em conformidade com o art. 41, inciso I, e o art. 46, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a referência à marca Toyota para as ambulâncias Tipo A – Simples Remoção é admitida exclusivamente para fins de padronização da frota, conforme motivação apresentada na Seção 2 – Justificativas deste Termo de Referência.

4.6.2. No contexto dos requisitos técnicos, a padronização define o padrão mínimo obrigatório do item, garantindo alinhamento operacional, manutenção uniforme, compatibilidade de componentes e coerência com o padrão já adotado pelo Fundo Municipal de Saúde, observando os princípios da economicidade, eficiência e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

4.7. Da Exigência de Catálogo Técnico

4.7.1. Não será exigida amostra física, considerando que os veículos automotores novos, zero quilômetro, são bens amplamente conhecidos e padronizados no mercado.

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracaçumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

4.7.2. O atendimento às especificações será comprovado mediante catálogo técnico, memorial descritivo e certificado de conformidade do fabricante, contendo as características exigidas neste Termo de Referência.

4.7.3. A Administração poderá solicitar catálogos ou fichas complementares, quando entender necessário para verificação de conformidade técnica.

4.8. Subcontratação

4.8.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, por se tratar de fornecimento direto de bens de natureza padronizada, cuja execução exige responsabilidade técnica integral da contratada, conforme o art. 121, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

4.8.2. Excepcionalmente, poderá ser admitida subcontratação de serviços acessórios (transporte, entrega ou emplacamento), mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo a contratada integralmente responsável.

4.9. Garantia da Contratação

4.9.1. Não será exigida garantia contratual para a execução do objeto, conforme facultado pelos arts. 96 e 97 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista tratar-se de fornecimento direto de bens comuns e já contemplados com garantia integral de fábrica.

4.9.2. A dispensa de garantia contratual fundamenta-se nos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), que classificaram a contratação como de baixo risco operacional, considerando:

- a) a natureza padronizada dos bens;
- b) a existência de garantia comercial ampla do fabricante;
- c) a entrega imediata e integral do objeto;
- d) a reduzida probabilidade de inadimplemento por parte da contratada.

4.10. Da Inaplicabilidade da Reserva de Cotas para ME/EPP

4.10.1. Não se aplicará a reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), conforme o art. 48, § 3º, da LC nº 123/2006, por se tratar de objeto tecnicamente indivisível e não fracionável.

4.10.2. A licitação compreende dois itens, cada qual com marca específica (Toyota), conforme padronização justificada nos Estudos Técnicos Preliminares.

4.10.3. O fracionamento comprometeria a uniformidade técnica, a manutenção e a racionalização da frota, contrariando os princípios da economicidade e eficiência.

4.11. Requisitos Complementares

4.11.1. A contratada deverá entregar todos os veículos com tanque abastecido (mínimo de 10 litros) e com kit obrigatório de segurança veicular, contendo: macaco, triângulo, chave de roda, estepe em condições de uso e ferramentas apropriadas, conforme legislação de trânsito vigente.

4.11.2. As ambulâncias deverão ser entregues totalmente equipadas, adaptadas e prontas para operação imediata, atendendo integralmente às exigências sanitárias, técnicas e estruturais definidas pela Vigilância Sanitária Municipal, pela Portaria GM/MS nº 2.048/2002, pela RDC ANVISA nº 50/2002 e demais normas aplicáveis.

4.11.3. O descumprimento de qualquer requisito técnico, sanitário, documental ou legal acarretará a rejeição total ou parcial dos bens, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto dar-se-á de forma integral e controlada, compreendendo todas as etapas necessárias para a plena entrega, regularização e utilização dos bens contratados, desde a adjudicação até o recebimento definitivo, observando as diretrizes estabelecidas neste Termo de Referência.

5.1. Forma de Fornecimento

5.1.1. O fornecimento dos veículos será realizado de forma futura e parcelada, dentro da vigência da Ata de Registro de Preços, de acordo com as necessidades da Administração Municipal e mediante planejamento das Secretarias demandantes.

5.1.2. A entrega de cada item será solicitada por meio de Ordem de Fornecimento, expedida pela Secretaria requisitante, dentro do prazo de validade da Ata.

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracáçumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

5.1.3. O prazo máximo de entrega de cada item, contado a partir da emissão da Ordem de Fornecimento, não poderá ultrapassar 60 (sessenta) dias corridos, considerando o período necessário para transporte, regularização documental e vistoria final.

5.2. Local de Entrega

5.2.1. Os veículos deverão ser entregues pela Contratada na Secretaria Municipal de Saúde de Maracáçumé – MA, situada na: Rua Nova Betel, s/n, Bairro Mangueira, Maracáçumé – MA, CEP 65289-000, ou, alternativamente, na Secretaria Municipal de Transportes, caso indicado formalmente pela Administração, conforme a destinação específica de cada item.

5.2.2. A entrega deverá ocorrer em dias úteis, no horário comercial, mediante agendamento prévio, sob acompanhamento do Fiscal do Contrato ou da Comissão de Recebimento, designada por Portaria específica, nos termos dos arts. 117, 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2.3. A Contratada será integralmente responsável por todas as despesas logísticas, operacionais e tributárias relativas à entrega, incluindo transporte, frete, seguro, impostos, taxas e quaisquer outros encargos, até o recebimento definitivo dos bens pela Administração.

5.3. Condições de Fornecimento e Entrega

5.3.1. Todos os veículos deverão ser entregues devidamente emplacados, licenciados e regularizados, com todos os tributos, taxas e encargos quitados, incluindo:

- a) IPVA proporcional;
- b) Placas padrão Mercosul;
- c) Taxas de licenciamento e emissão do CRLV-e;
- d) Seguro obrigatório (SPVAT, quando aplicável);
- e) Combustível inicial (mínimo de 10 litros).

5.3.2. A Contratada será responsável pelo transporte, frete, seguro, carregamento e desembarque dos veículos até o local de entrega, arcando integralmente com os custos e riscos até o recebimento provisório, nos termos do art. 118 da Lei nº 14.133/2021.

5.3.3. Todos os veículos deverão ser entregues com os equipamentos obrigatórios previstos no Código de Trânsito Brasileiro, incluindo triângulo de sinalização, estepe, macaco, chave de roda, cintos de segurança e demais ferramentas exigidas pelo CTB e pelo fabricante.

5.3.4. As ambulâncias deverão ser entregues completamente equipadas, certificadas e prontas para uso imediato, contendo todos os itens, adaptações e equipamentos médico-hospitalares especificados neste Termo de Referência e no Anexo A, sem necessidade de aquisições complementares pela Administração.

5.3.5. Cada veículo deverá ser entregue zero quilômetro, livre de uso anterior, avarias, defeitos aparentes ou vícios ocultos, acompanhado da documentação obrigatória:

- a) Nota Fiscal emitida em nome do Fundo Municipal de Saúde de Maracáçumé – MA;
- b) CRLV/CRLV-e emitido em nome do Fundo Municipal de Saúde;
- c) Manual do Proprietário e Termo de Garantia, em língua portuguesa;
- d) Chave reserva e kit de ferramentas completos.

5.4. Procedimentos de Vistoria e Recebimento

5.4.1. O recebimento do objeto observará o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021, e ocorrerá em duas fases distintas:

a) Recebimento Provisório: Será realizado no ato da entrega física dos bens, mediante conferência da quantidade, modelo e documentação básica, bem como inspeção preliminar de avarias ou inconformidades aparentes. O Fiscal do Contrato lavrará o Termo de Recebimento Provisório, momento em que os bens passarão à guarda da Administração para vistoria técnica detalhada.

b) Recebimento Definitivo: Será formalizado mediante Termo de Recebimento Definitivo, lavrado pelo Fiscal ou pela Comissão de Recebimento, em até 10 (dez) dias úteis contados do Recebimento Provisório, após vistoria técnica minuciosa que comprove o atendimento integral das especificações do Termo de Referência.

5.4.2. Caso sejam identificadas não conformidades, defeitos ou falhas, o prazo para Recebimento Definitivo será suspenso, devendo a contratada sanar as irregularidades ou substituir os bens, sem alteração do prazo contratual e sem ônus adicional para a Administração.

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracáçumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

5.4.3. O descumprimento das condições de entrega ou a apresentação de bens fora das especificações técnicas ensejará a aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no Contrato Administrativo.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotando-se tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o Fundo Municipal de Saúde de Maracáçumé – MA e a Contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica, desde que assegurada a integridade e a comprovação do recebimento.
- 6.4. O Fundo Municipal de Saúde poderá convocar representante da empresa contratada para adoção de providências imediatas, quando necessário à regularização da execução contratual.
- 6.5. Após a assinatura do contrato, o Fundo Municipal de Saúde poderá convocar o representante da contratada para reunião inicial de alinhamento, ocasião em que será apresentado o plano de fiscalização, contendo as obrigações contratuais, mecanismos de acompanhamento, estratégias de execução, plano de entregas, método de aferição de resultados e hipóteses de aplicação de sanções.
- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por fiscais designados por Portaria, que atuarão nas áreas técnica e administrativa, sem prejuízo da responsabilidade integral da contratada.
- 6.7. O Fiscal Técnico acompanhará a execução do contrato, assegurando que todas as condições estabelecidas no Termo de Referência e no contrato sejam integralmente cumpridas.
- 6.8. O Fiscal Técnico registrará, em histórico próprio de gerenciamento, todas as ocorrências relacionadas à execução, descrevendo eventuais falhas, correções necessárias ou pendências.
- 6.9. Caso identifique inexecução, irregularidade ou descumprimento contratual, o Fiscal Técnico emitirá notificação formal à contratada, fixando prazo para correção.
- 6.10. Sempre que a situação ultrapassar sua competência, o Fiscal Técnico deverá informar o Gestor do Contrato, em tempo hábil, para adoção das medidas cabíveis.
- 6.11. Ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas pactuadas deverão ser comunicadas imediatamente ao Gestor do Contrato.
- 6.12. O Fiscal Técnico deverá informar ao Gestor o término do contrato sob sua responsabilidade, a fim de permitir eventual renovação, substituição ou nova contratação dentro do prazo legal.
- 6.13. O Fiscal Administrativo verificará a manutenção da regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista da contratada, bem como acompanhará o empenho, liquidação e pagamento das despesas.
- 6.14. Caso ocorra descumprimento de obrigações contratuais, o Fiscal Administrativo atuará de forma tempestiva, reportando-se ao Gestor do Contrato para as providências competentes.
- 6.15. A fiscalização contratual observará as seguintes rotinas:
 - 6.15.1. Registro e atualização contínua do histórico do contrato no sistema de gestão administrativa;
 - 6.15.2. Verificação de conformidade das notas fiscais com os bens efetivamente entregues;
 - 6.15.3. Controle de prazos contratuais, vigência e garantias.
- 6.16. A fiscalização prevista neste item não exime a contratada de suas responsabilidades legais, inclusive perante terceiros, por vícios de qualidade, imperfeições técnicas ou emprego de materiais inadequados, não implicando corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes.
- 6.17. Compete ao Gestor do Contrato:
 - 6.17.1. Coordenar o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, consolidando os registros formais e eventuais ocorrências no histórico de gerenciamento do contrato;
 - 6.17.2. Supervisionar os registros realizados pelos fiscais técnico e administrativo e comunicar à autoridade superior as situações que ultrapassarem sua competência;
 - 6.17.3. Acompanhar a manutenção da regularidade da contratada, informando ocorrências que possam obstar o fluxo normal de liquidação e pagamento;
 - 6.17.4. Emitir documento comprobatório da avaliação da execução contratual, com base em indicadores objetivos e desempenho da contratada;
 - 6.17.5. Adotar providências para instauração de processo administrativo de responsabilização e aplicação de sanções, conforme os arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021;

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracáçumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

- 6.17.6. Elaborar Relatório Final de Gestão Contratual, contendo análise dos resultados obtidos, cumprimento dos objetivos da contratação e recomendações de melhoria;
- 6.17.7. Encaminhar ao setor competente toda a documentação referente à liquidação e ao pagamento, instruída com os relatórios de fiscalização e atestos de recebimento definitivo.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução contratual;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, conforme o art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

7.2. A Contratada que incorrer nas infrações acima estará sujeita às seguintes sanções, observado o princípio da proporcionalidade e o devido processo legal:

- a) advertência, nos casos de inexecução parcial de menor gravidade, quando não se justificar a imposição de penalidade mais severa;
- b) multa, nas hipóteses de mora, inexecução parcial ou total, ou de descumprimento de cláusula contratual específica;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do Município de Maracáçumé – MA, pelo prazo de até 03 (três) anos, nas hipóteses de inexecução grave, descumprimento reiterado ou prejuízo relevante ao interesse público;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em qualquer esfera federativa, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, quando comprovada a prática de fraude, falsidade, dolo ou má-fé, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

7.3. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade da infração e os prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da obrigação de reparar integralmente os danos.

7.4. A aplicação das sanções observará o contraditório e a ampla defesa, mediante notificação prévia da Contratada, com prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de defesa, contados do recebimento da intimação.

7.5. As notificações poderão ser realizadas por meio eletrônico, utilizando os endereços de e-mail informados na proposta e/ou cadastrados no SICAF, que serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações.

7.6. O processo administrativo sancionatório será conduzido pelo Fundo Municipal de Saúde de Maracáçumé – MA, com parecer jurídico prévio obrigatório antes da decisão final da autoridade competente.

7.7. As sanções aplicadas serão registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e, quando cabível, no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), conforme o art. 162 da Lei nº 14.133/2021.

7.8. As penalidades de impedimento e de declaração de inidoneidade são passíveis de reabilitação, desde que comprovadas a reparação integral do dano e a adoção ou aperfeiçoamento de programa de integridade, nos termos do art. 163 da mesma lei.

7.9. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso de direito, fraude ou confusão patrimonial, hipótese em que as sanções poderão alcançar administradores, sócios com poderes de gestão e empresas coligadas, mediante decisão fundamentada e assegurado o contraditório.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. Do Recebimento do Objeto

8.1.1. O objeto será recebido em duas fases, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021: recebimento provisório e recebimento definitivo.

Recebimento Provisório

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracáçumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

8.1.2. O Recebimento Provisório será realizado no ato da entrega, pelo Fiscal do Contrato ou pela Comissão de Recebimento designada, mediante lavratura do Termo de Recebimento Provisório, após:

- a) conferência de quantidade e itens entregues;
- b) verificação de modelo, ano, características e conformidade com o Termo de Referência;
- c) inspeção visual para confirmar ausência de avarias, danos, riscos ou defeitos aparentes;
- d) conferência preliminar da documentação de entrega.

8.1.3. No ato da entrega, a contratada deverá disponibilizar técnico especializado para demonstração do funcionamento dos equipamentos (especialmente no caso das ambulâncias), realizando capacitação mínima de 30 (trinta) minutos aos servidores designados, devendo ser lavrado Termo de Treinamento, assinado pelo Fiscal do Contrato.

Recebimento Definitivo

8.1.4. O Recebimento Definitivo será realizado em até 30 (trinta) dias após o recebimento provisório, após vistoria técnica detalhada, mediante emissão do Termo de Recebimento Definitivo pelo Gestor do Contrato, condicionado a:

- a) atesto do Fiscal Técnico quanto à plena conformidade do bem;
- b) verificação integral da documentação fiscal e veicular (Nota Fiscal, CRLV, Manual do Proprietário, Termos de Garantia, certificados e demais documentos exigidos);
- c) confirmação do funcionamento de todos os sistemas e equipamentos;
- d) inexistência de vícios aparentes ou ocultos identificáveis na vistoria.

8.1.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada por vícios aparentes ou ocultos, falhas, defeitos ou desconformidades, nos termos dos arts. 140, 141 e 145 da Lei nº 14.133/2021.

8.1.6. Constatada qualquer desconformidade, o bem poderá ser rejeitado total ou parcialmente, devendo ser corrigido, reparado ou substituído pela Contratada no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sem ônus adicional à Administração.

8.1.7. Havendo controvérsia quanto à execução, qualidade, quantidade ou conformidade do objeto, será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, assegurando-se o pagamento da parcela incontroversa.

8.2. Da Liquidação da Despesa

8.2.1. A liquidação consiste na verificação do direito creditório da Contratada, com base nos documentos comprobatórios do crédito, nos termos do art. 7º, § 3º, da IN SEGES/ME nº 77/2022.

8.2.2. O prazo para liquidação será de 10 (dez) dias úteis, prorrogável uma vez por igual período, contado do recebimento da Nota Fiscal.

8.2.3. Para fins de liquidação, deverão ser verificados os seguintes elementos:

- a) validade e data de emissão da Nota Fiscal;
- b) número e dados do contrato e da ordem de fornecimento;
- c) identificação correta do Fundo Municipal de Saúde de Maracáçumé – MA;
- d) valor correspondente ao objeto recebido;
- e) retenções tributárias cabíveis.

8.2.4. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mediante consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais dos órgãos competentes.

8.2.5. Havendo erro na Nota Fiscal ou qualquer circunstância impeditiva, o processo ficará sobrestado até a regularização, reiniciando-se o prazo após a comprovação do saneamento, sem ônus à Administração.

8.2.6. Identificada irregularidade fiscal, social ou trabalhista, a Contratada será notificada para regularização em até 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis uma única vez. Persistindo, a Administração poderá instaurar processo para rescisão contratual, assegurada ampla defesa.

8.2.7. Os pagamentos poderão ser realizados normalmente enquanto não houver decisão final sobre eventual irregularidade, desde que o objeto tenha sido executado e recebido pela Administração.

8.3. Do Prazo e Forma de Pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme o art. 7º, § 3º, da IN SEGES/ME nº 77/2022.

8.3.2. Em caso de atraso imputável à Administração, o valor devido será atualizado monetariamente pela variação do INPC, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

8.3.3. O pagamento será realizado em parcela única, correspondente às entregas efetivamente aceitas, por meio de ordem bancária para crédito em conta de titularidade da Contratada.

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracáçumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

8.3.4. No pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias legais, observando-se o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006 para optantes do Simples Nacional.

8.3.5. Os pagamentos serão realizados exclusivamente pelo Fundo Municipal de Saúde de Maracáçumé – MA, com recursos orçamentários próprios do Fundo Gestor.

8.4. Da Cessão de Crédito

8.4.1. É vedada a cessão de crédito sem prévia e expressa autorização do Contratante.

8.4.2. Caso autorizada, a cessão deverá ser formalizada por termo aditivo, condicionada à regularidade fiscal e trabalhista da cedente e da cessionária, bem como à inexistência de impedimentos legais para contratar com o Poder Público.

8.4.3. A cessão não afeta as obrigações contratuais nem exonera a Contratada das responsabilidades pela execução do objeto.

8.5. Do Reajuste

8.5.1. Os preços contratados são fixos e irredutíveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data-base do orçamento estimativo (25/09/2025).

8.5.2. Após esse período, os valores poderão ser reajustados automaticamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, aplicável às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.5.3. O interregno mínimo entre reajustes subsequentes será de 01 (um) ano, contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

8.5.4. Na hipótese de extinção ou impossibilidade de utilização do índice pactuado, será adotado outro índice oficial equivalente, conforme a legislação vigente, mediante termo aditivo.

8.5.5. O reajuste será processado por apostilamento, nos termos do art. 136, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

8.6. Da Antecipação de Pagamento

8.6.1. Não haverá antecipação de pagamento, sob nenhuma hipótese.

8.6.2. O pagamento ocorrerá somente após o recebimento definitivo dos bens e o atestamento da execução contratual pelo Gestor e pelos Fiscais designados.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo Menor Preço por Item, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Municipal regulamentador e nas demais normas complementares aplicáveis.

9.2. Será considerada vencedora a licitante que apresentar a proposta mais vantajosa para a Administração, atendendo integralmente às condições de habilitação, às especificações técnicas e aos requisitos previstos neste Termo de Referência e no Edital.

9.3. A sessão pública será realizada por meio do sistema eletrônico Licitanet (www.licitanet.com.br), ou outro que vier a ser indicado no edital, assegurando-se a transparência, a competitividade e a rastreabilidade de todos os atos do certame.

Condições de Participação e Apresentação da Proposta

9.4. Poderão participar do certame empresas cujo objeto social seja compatível com o fornecimento de veículos zero quilômetro, desde que atendam integralmente às exigências de habilitação estabelecidas no Edital.

9.5. As licitantes deverão estar devidamente credenciadas no sistema eletrônico indicado, observando as condições de acesso, os prazos e os requisitos definidos no instrumento convocatório.

9.6. As propostas de preços deverão ser apresentadas exclusivamente pelo sistema eletrônico, em moeda corrente nacional (R\$), devendo incluir todos os custos diretos e indiretos necessários ao fornecimento integral dos veículos, tais como:

- tributos e encargos fiscais;
- taxas de registro, emplacamento e primeiro licenciamento;
- frete e transporte até o Município de Maracáçumé – MA;
- seguros, licenciamento e IPVA proporcional;
- eventuais custos de adaptação e sinalização (no caso de ambulâncias);
- demais despesas indispensáveis à plena entrega e utilização dos bens.

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracáçumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

9.7. Não será admitida qualquer cobrança adicional ou posterior, a título de despesa acessória, sob pena de inexecução contratual e aplicação das sanções cabíveis.

9.8. A apresentação da proposta implica aceitação integral e irrevogável das condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital, inclusive quanto a prazos, garantias, especificações técnicas e condições de pagamento.

Forma de Fornecimento, Parcelamento e Entrega

9.9. Forma de Fornecimento

9.9.1. O fornecimento dos veículos será realizado de forma integral por item, compreendendo a entrega de unidades novas, zero quilômetro, devidamente emplacadas, licenciadas, identificadas conforme o padrão visual da Administração e prontas para uso imediato, em conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro e demais normas vigentes.

9.9.2. Todos os veículos deverão ser entregues livres de avarias, riscos, danos estruturais, vícios ou defeitos aparentes e ocultos, sendo rejeitada qualquer unidade que não atenda integralmente às especificações deste Termo de Referência e de seus anexos.

9.10. Parcialidade e Condições de Fornecimento

9.10.1. As entregas serão efetuadas de forma parcelada, conforme a demanda administrativa, mediante emissão de Ordens de Fornecimento pelo Fundo Municipal de Saúde de Maracáçumé – MA.

9.10.2. A execução do fornecimento observará a disponibilidade financeira e orçamentária, sem ônus adicional à Administração e sem alteração das condições pactuadas.

9.10.3. É vedada qualquer cobrança adicional, taxa, encargo, diferenciação de preço ou reajuste em razão da entrega parcelada.

9.11. Local de Entrega

9.11.1. A entrega será realizada prioritariamente no endereço da Secretaria Municipal de Saúde de Maracáçumé – MA (SEMUS):

Secretaria Municipal de Saúde
Rua Nova Betel, s/n – Bairro Mangueira
CEP 65289-000 – Maracáçumé/MA

9.11.2. A Administração poderá, conforme previsto no Anexo A – Especificações Técnicas, indicar outro local de entrega, desde que compatível com a natureza do item e mediante comunicação formal.

9.11.3. A entrega deverá ocorrer em dias úteis, no horário comercial, sob supervisão do Fiscal do Contrato ou Comissão de Recebimento designada por Portaria específica.

9.12. Responsabilidades da Contratada

9.12.1. A Contratada será integralmente responsável por todas as despesas logísticas, operacionais e tributárias associadas à entrega, incluindo transporte, frete, seguro, taxas, impostos e quaisquer encargos até o recebimento provisório e definitivo pela Administração.

9.12.2. A Contratada deverá garantir que todos os veículos sejam entregues acompanhados de seus respectivos documentos obrigatórios (Nota Fiscal, CRLV, Manual do Proprietário, Termo de Garantia, entre outros).

9.12.3. O descumprimento de qualquer requisito técnico, documental ou legal implicará rejeição dos bens, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Critérios de Aceitabilidade de Preços

9.13. O critério de aceitabilidade de preços observará os valores unitários máximos estabelecidos na planilha orçamentária estimativa anexa a este Termo de Referência, que servirá como limite para formulação das propostas, garantindo a vantajosidade e a economicidade da contratação.

9.14. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem valores superiores aos limites definidos, bem como aquelas que demonstrarem indícios de inexecução, nos termos do art. 59, incisos III e IV, da Lei nº 14.133/2021, ou que deixem de contemplar todos os custos necessários à execução do objeto, conforme item 9.6 deste Termo de Referência.

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracajumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

9. Exigências de Habilitação

9.15. Somente poderão participar da presente licitação pessoas jurídicas regularmente constituídas, cujo objeto social seja compatível com o fornecimento de veículos automotores zero quilômetro, devendo comprovar o atendimento aos seguintes requisitos:

- a) Habilitação Jurídica, nos termos dos arts. 63 e 64 da Lei nº 14.133/2021;
- b) Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista, conforme o art. 66 da referida Lei;
- c) Qualificação Econômico-Financeira, nos termos do art. 69;
- d) Qualificação Técnica, de acordo com o art. 67, §1º, observadas as exigências compatíveis com o objeto desta contratação.

Habilitação Jurídica

9.16. Para fins de habilitação, a licitante deverá comprovar sua regular constituição e capacidade jurídica para exercer a atividade objeto da contratação, mediante apresentação dos documentos previstos nos subitens seguintes, conforme a natureza jurídica da empresa.

9.16.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

9.16.2. Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja autenticidade poderá ser verificada no portal oficial do Governo Federal (<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>).

9.16.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI): ato constitutivo, estatuto ou contrato social registrado e arquivado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

9.16.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, conforme a Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

9.16.5. Sociedade simples: ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local da sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

9.16.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do respectivo ato constitutivo no registro competente (Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou Registro Público de Empresas Mercantis), com averbação no registro da matriz.

9.16.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivados na Junta Comercial ou inscritos no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o art. 107 da Lei nº 5.764/1971.

9.16.8. Quando a atividade for sujeita a autorização legal específica, deverá ser apresentado o ato de autorização expedido pelo órgão competente, conforme legislação pertinente.

9.16.9. Todos os documentos apresentados deverão estar acompanhados de suas alterações contratuais ou da consolidação atualizada, demonstrando a situação jurídica e a representação legal vigente da licitante.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

9.17. A licitante deverá comprovar sua regularidade fiscal, social e trabalhista mediante apresentação dos seguintes documentos:

9.17.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

9.17.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), abrangendo todos os créditos tributários federais e a Dívida Ativa da União, inclusive os relativos à Seguridade Social, conforme a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014.

9.17.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) emitido pela Caixa Econômica Federal.

9.17.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou positiva com efeito de negativa, conforme o Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.17.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou distrital do domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracaçumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

9.17.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

9.17.7. Caso a licitante seja isenta de tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante declaração emitida pela Fazenda Pública competente do respectivo domicílio ou sede, ou outro documento equivalente, na forma da lei.

9.17.8. A licitante enquadrada como Microempreendedor Individual (MEI), Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), que pretenda usufruir dos benefícios do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensada da prova de inscrição nos cadastros estaduais e municipais, desde que tal dispensa esteja prevista no respectivo ordenamento tributário.

Qualificação Econômico-Financeira

9.18. A licitante deverá comprovar sua capacidade econômico-financeira para o cumprimento das obrigações contratuais, mediante a apresentação dos seguintes documentos e demonstrativos:

9.18.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica licitante, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias, salvo se constar prazo de validade diverso no próprio documento.

9.18.2. Quando admitida a participação de sociedade simples, deverá ser apresentada certidão negativa de insolvência civil, emitida pelo distribuidor do domicílio da licitante.

9.18.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, demonstrando índices superiores a 1 (um), conforme as seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{AtivoCirculante} + \text{RealizávelaLongoPrazo}}{\text{PassivoCirculante} + \text{PassivoNãoCirculante}}$$
$$LC = \frac{\text{AtivoCirculante}}{\text{PassivoCirculante}}$$
$$SG = \frac{\text{AtivoTotal}}{\text{PassivoCirculante} + \text{PassivoNãoCirculante}}$$

9.18.4. Caso a licitante apresente resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices acima, deverá comprovar patrimônio líquido mínimo de até 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação, conforme o disposto no § 2º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

9.18.5. Os documentos contábeis deverão estar assinados por profissional habilitado em contabilidade, com indicação do número de registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), e acompanhados de declaração de veracidade firmada pelo responsável legal da empresa.

9.18.6. As empresas constituídas há menos de 2 (dois) anos poderão apresentar balanço de abertura, elaborado de acordo com as normas contábeis vigentes, em substituição ao balanço patrimonial do exercício anterior.

9.18.7. As demonstrações contábeis deverão ter sido transmitidas ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), conforme exigência da Receita Federal do Brasil para os obrigados à Escrituração Contábil Digital (ECD).

9.18.8. Será admitida, a critério da Administração, a apresentação de balanço intermediário, quando o último exercício social encerrar-se há mais de 6 (seis) meses da data de abertura da sessão pública do certame, desde que emitido na forma da lei e assinado por contador habilitado.

9.18.9. O atendimento dos índices e requisitos financeiros deverá ser declarado por profissional contábil responsável, mediante declaração técnica firmada com base nas demonstrações contábeis apresentadas.

Qualificação Técnica

9.19. Para fins de qualificação técnica, a licitante deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta contratação, mediante a apresentação dos documentos abaixo especificados:

9.19.1. Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa forneceu veículos automotores novos, zero quilômetro, devidamente entregues e recebidos sem ressalvas pelo contratante.

9.19.2. É vedada a exigência de comprovação de experiência prévia exclusivamente em contratos com a Administração Pública, sendo aceitos atestados oriundos de contratos firmados com pessoas jurídicas de direito privado.

9.19.3. Serão aceitos atestados relativos a contratos executados de forma concomitante ou sucessiva, desde que o somatório dos fornecimentos comprove a aptidão técnica necessária ao objeto da licitação.

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracáçumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

9.19.4. Os atestados poderão ser emitidos em nome da matriz ou da filial da empresa licitante, desde que guardem relação com o objeto efetivamente executado.

9.19.5. A Administração poderá realizar diligências para verificar a autenticidade dos documentos apresentados, podendo solicitar cópia do contrato que deu origem ao atestado ou outras informações que comprovem a veracidade das declarações.

9.19.6. É vedada a exigência de quantitativos mínimos, prazos ou valores de fornecimento desproporcionais ao objeto licitado, conforme o §1º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

Disposições Gerais sobre Habilitação

9.20. Serão aceitos documentos equivalentes emitidos por autoridade estrangeira, acompanhados de tradução livre para a fase de habilitação e, no caso de contratação, tradução juramentada e apostilamento, nos termos do Decreto nº 8.660/2016.

9.20.1. Caso o fornecedor seja matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; sendo filial, em nome da filial, exceto aqueles que, pela natureza, sejam emitidos exclusivamente para a matriz.

9.20.2. Serão aceitos registros centralizados de FGTS e CND, desde que comprovada a unificação do recolhimento entre matriz e filiais.

9.20.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com CNPJ divergente daquele indicado na proposta comercial, salvo justificativa formal e legalmente fundamentada.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor total estimado para a presente contratação é classificado como sigiloso, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, e será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da fase de lances, com o objetivo de preservar a competitividade do certame e assegurar a proposta mais vantajosa para a Administração.

10.2. O orçamento estimado integra regularmente o processo administrativo da licitação, permanecendo acessível aos órgãos de controle interno e externo, e será divulgado ao público após o julgamento das propostas, conforme os princípios da publicidade, da isonomia e da economicidade.

10.3. A decisão de manter o orçamento sob sigilo temporário fundamenta-se em justificativa constante da fase de planejamento, em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, art. 10, que admite o sigilo “desde que justificado e sem prejuízo da divulgação dos elementos necessários à formulação das propostas”.

10.4. A estimativa de custo considerou o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratada, conforme matriz de risco constante do contrato, observando-se os princípios da economicidade, eficiência e razoabilidade.

10.5. O critério de julgamento adotado para seleção da proposta mais vantajosa será o de MENOR PREÇO POR ITEM, sendo vedada a contratação por valores superiores ao orçamento estimado pela Administração.

10.6. Em caso de eventual Ata de Registro de Preços, os valores poderão ser ajustados ou atualizados em decorrência de alteração significativa das condições de mercado, nas seguintes hipóteses:

10.6.1. Ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, ou de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução nas condições originais, conforme a alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

10.6.2. Criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, com repercussão comprovada nos preços contratados;

10.6.3. Reajuste de preços, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto contratualmente;

10.6.4. Repactuação, mediante comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro, observados os critérios e prazos definidos no instrumento contratual.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município de Maracáçumé – MA, vinculados ao Fundo Municipal de Saúde, em conformidade com o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vigentes.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação orçamentária, observando-se os códigos definitivos informados pela unidade gestora responsável no momento da emissão do empenho:

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, quando a execução ultrapassar o exercício vigente, será consignada nas respectivas Leis Orçamentárias Anuais (LOA), mediante apostilamento contratual, nos termos do art. 136, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracaçumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

11.4. Caso haja necessidade de ajustes orçamentários, suplementação de créditos ou vinculação a recursos provenientes de convênios, transferências voluntárias ou emendas parlamentares, a indicação da dotação orçamentária atualizada será formalizada no momento da assinatura do contrato ou emissão da nota de empenho, conforme previsto no art. 116 da Lei nº 14.133/2021.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. O presente Termo de Referência constitui parte integrante e inseparável do Edital de Licitação e do Contrato Administrativo dele decorrente, para todos os fins e efeitos legais, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

12.2. A Contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao objeto, nos limites de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme o disposto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

12.3. As dúvidas, omissões ou casos não previstos na execução deste Termo de Referência serão resolvidos pela Contratante, observando-se as disposições da Lei nº 14.133/2021, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e as demais normas de regência.

12.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Maracaçumé, Estado do Maranhão, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da execução do contrato resultante deste procedimento licitatório, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracáçumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

ANEXO A – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

ITEM 01 – AMBULÂNCIA TIPO A (SIMPLES REMOÇÃO)

Descrição Geral: Aquisição de 03 (três) ambulâncias Tipo A (Simples Remoção), veículos novos, zero quilômetro, ano/modelo mínimo 2025/2025, com motorização a diesel, potência mínima de 200 cv, cilindrada mínima de 2.500 cm³, do tipo caminhonete (pickup) cabine simples, com tração 4x4, devidamente adaptadas, equipadas e certificadas conforme os requisitos estabelecidos pelo Ministério da Saúde, Conselho Federal de Medicina (CFM), Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), destinadas ao transporte de pacientes sem risco de vida, nos termos da Portaria GM/MS nº 2.048/2002 e da Resolução CFM nº 1.680/2003.

Os veículos deverão ser entregues prontos para uso imediato, completamente regularizados, adaptados e equipados, destinados a atender as demandas do Fundo Municipal de Saúde de Maracáçumé – MA, assegurando mobilidade plena em deslocamentos urbanos, rodoviários, vicinais e intermunicipais — inclusive no trajeto via Ferry Boat até São Luís — com segurança, estabilidade e conforto operacional.

1. DADOS GERAIS DO VEÍCULO (MODELO OBRIGATÓRIO: TOYOTA HILUX)

- 1.1. Marca/Modelo: Toyota Hilux, cabine simples, versão diesel 4x4, apta à conversão para Ambulância Tipo A.
- 1.2. Combustível: Diesel.
- 1.3. Direção: Assistida, hidráulica.
- 1.4. Transmissão: Manual de 6 marchas (ou conforme versão disponível).
- 1.5. Tração: 4x4, com seletor eletrônico ou mecânico.
- 1.6. Motorização: Motor 2.8 Turbo Diesel, com potência mínima de 200 cv.
- 1.7. Cilindrada mínima: 2.755 cm³.
- 1.8. Torque mínimo: 42 kgfm.
- 1.9. Capacidade de carga útil: Conforme especificação oficial da Toyota (mínimo 1.000 kg).
- 1.10. Cabine: Simples.
- 1.11. Portas: 2 (duas) dianteiras e módulo traseiro com portas próprias da adaptação.

Obs.: Somente serão aceitos veículos do modelo Toyota Hilux, nas versões cabine simples compatíveis com adaptação homologada para Ambulância Tipo A.

2. ADAPTAÇÃO E ACABAMENTO INTERNO

- 2.1. Revestimento interno em material lavável, superfície lisa, impermeável e resistente a agentes de limpeza hospitalar.
- 2.2. Piso antiderrapante, lavável, com sistema de escoamento e ralos.
- 2.3. Divisória rígida entre cabine e compartimento do paciente, contendo janela de comunicação.
- 2.4. Iluminação interna em LED (branca e azul), com acionamento independente para cada função.
- 2.5. Sistema de ventilação e exaustão, garantindo renovação adequada do ar no compartimento do paciente.
- 2.6. Tomadas de 12V e 110V, com inversor de energia apropriado ao uso hospitalar.

3. EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS (Conforme Portaria GM/MS nº 2.048/2002 – Ambulância Tipo A): A ambulância deverá conter, no mínimo:

- 01 maca retrátil articulada, com rodízios e travas;
- 01 cadeira/banco para acompanhante, com cinto de segurança;
- 01 suporte de soro duplo;
- 01 prancha de imobilização curta;
- 01 suporte para cilindro de oxigênio;
- 01 cilindro de oxigênio de 5 m³, com válvula, manômetro e fluxômetro;
- 01 aspirador portátil elétrico para vias aéreas;
- 01 conjunto completo de cintos de contenção de paciente;
- 01 kit de primeiros socorros equipado conforme norma;
- 01 extintor de incêndio classe ABC;
- Iluminação interna e de leitura;

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracáçumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

- Sistema de sirene eletrônica;
- Giroflex em LED nas cores vermelha e azul, com controle no painel;
- Armário ou compartimentos para acondicionamento de materiais e insumos.

4. SISTEMA DE ILUMINAÇÃO, SINALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO EXTERNA

- 4.1. Giroflex com lentes em LED (vermelhas e azuis), sirene eletrônica e alto-falante integrados.
- 4.2. Faixas refletivas conforme ABNT NBR 14561:2023.
- 4.3. Sinalização externa conforme Portaria GM/MS nº 2.048/2002 e Resoluções do CONTRAN.
- 4.4. Identificação obrigatória:
 - Frente: “AMBULÂNCIA” (escrita invertida).
 - Laterais e traseira: “AMBULÂNCIA – USO EXCLUSIVO EM SERVIÇO DE SAÚDE”, Cruz vermelha e logomarca institucional conforme padrão da Secretaria de Saúde.

5. GARANTIA E DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA

- 5.1. Garantia mínima: 12 (doze) meses ou 100.000 km, o que ocorrer primeiro, cobrindo motor, câmbio, suspensão, elétrica e adaptações.
- 5.2. A entrega deverá incluir:
 - Nota Fiscal em nome do Fundo Municipal de Saúde;
 - CRLV emitido pelo DETRAN/MA;
 - Manual do proprietário e termo de garantia;
 - Certificação INMETRO/ANVISA dos equipamentos;
 - Certificado de conclusão da adaptação;
 - Certificado de segurança veicular quando aplicável.
- 5.3. O veículo deverá ser entregue emplacado, licenciado e com todos os tributos quitados (IPVA, SPVAT, taxas e despesas de vistoria).

6. HOMOLOGAÇÕES E CONFORMIDADES

- 6.1. Todas as adaptações devem atender às normas ABNT, Código de Trânsito Brasileiro e Resoluções do CONTRAN.
- 6.2. A conversão para ambulância deve estar homologada no RENAVAL e no DETRAN/MA, mediante Certificado de Segurança Veicular (CSV), quando aplicável.
- 6.3. O veículo deverá possuir todos os itens obrigatórios de segurança previstos em lei.

7. ENTREGA, INSPEÇÃO E ADESIVAÇÃO

- 7.1. Local de entrega: Secretaria Municipal de Saúde ou Secretaria Municipal de Transportes de Maracáçumé – MA, conforme determinação.
- 7.2. A ambulância deverá ser entregue com adesivação padrão, contendo:
 - Logotipo oficial da Prefeitura;
 - Logotipo da Secretaria Municipal de Saúde;
 - Identificação “AMBULÂNCIA – USO EXCLUSIVO EM SERVIÇO DE SAÚDE”;
 - Faixas refletivas e cruz vermelha conforme normas ABNT/CONTRAN.
- 7.3. O veículo deverá ser entregue com tanque de combustível cheio e pronto para operação imediata.
- 7.4. A contratada deverá disponibilizar equipe técnica para apresentar o funcionamento dos equipamentos no ato da entrega.

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracáçumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

ITEM 02 – VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO PASSEIO

Descrição Geral: Aquisição de 02 (dois) veículos automotores tipo passeio, novos, zero quilômetro, ano/modelo mínimo 2025/2026, de fabricação nacional, com motorização mínima 1.0, potência mínima de 71 cv (G) / 75 cv (E), combustível flex, direção hidráulica ou elétrica, câmbio manual, ar-condicionado, freios ABS, airbags frontais, sistema multimídia ou rádio com entrada USB, rodas aro mínimo 14", e capacidade para 05 (cinco) ocupantes, devidamente emplacados e licenciados em nome do Fundo Municipal de Saúde de Maracáçumé – MA.

Os veículos destinam-se ao uso exclusivo das equipes de saúde do Município de Maracáçumé – MA para o deslocamento de profissionais, insumos e materiais médico-sanitários, apoio às ações de atenção básica, vigilância epidemiológica e sanitária, e atendimento itinerante em áreas urbanas, rurais e comunidades de difícil acesso, garantindo mobilidade, segurança e continuidade das ações de saúde pública.

1. DADOS GERAIS DO VEÍCULO

- 1.1. Tipo: Automóvel de passeio, carroceria hatch, cinco lugares, quatro portas laterais e porta-malas (5 portas).
- 1.2. Combustível: Flex (gasolina/etanol).
- 1.3. Motorização mínima: Motor 1.0, aspirado ou superior, potência mínima de 71 cv (G) / 75 cv (E).
- 1.4. Transmissão: Manual de 5 marchas.
- 1.5. Direção: Assistida, podendo ser hidráulica ou elétrica.
- 1.6. Tração: 4x2 dianteira.
- 1.7. Freios: Sistema ABS, com EBD quando disponível.
- 1.8. Airbags: Mínimo de 02 (dois) airbags frontais — motorista e passageiro.
- 1.9. Rodas e pneus: Rodas aro mínimo 14", pneus adequados ao modelo ofertado.
- 1.10. Capacidade de passageiros: 05 (cinco) ocupantes.
- 1.11. Cor: Branca, original de fábrica.
- 1.12. Ar-condicionado: Manual/convencional, original de fábrica.
- 1.13. Vidros e travas: Vidros elétricos dianteiros (mínimo) e travas elétricas.
- 1.14. Sistema multimídia: Rádio AM/FM com entrada USB ou central multimídia, conforme versão disponível do fabricante.
- 1.15. Sistema de segurança:
 - Cintos de segurança de 3 pontos para todos os ocupantes
 - Apoios de cabeça para todos
 - Travamento de segurança infantil
 - Desembaçador e limpador do vidro traseiro
- 1.16. Garantia: Mínimo de 36 (trinta e seis) meses ou 100.000 km, o que ocorrer primeiro.

2. DOCUMENTAÇÃO E ENTREGA

2.1. Condições de entrega: Os veículos deverão ser entregues novos, zero quilômetro, sem qualquer uso anterior, devidamente regularizados, com:

- Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) emitido em nome do Fundo Municipal de Saúde de Maracáçumé – MA;
- Emplacamento no padrão Mercosul;
- Licenciamento atualizado;
- IPVA, SPVAT (seguro obrigatório) e demais tributos quitados.

2.2. Local de entrega

A entrega deverá ocorrer: No pátio da Secretaria Municipal de Saúde, ou no pátio da Secretaria Municipal de Transportes do Município de Maracáçumé – MA, mediante agendamento prévio e vistoria técnica realizada pela Contratante.

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracáçumé – MA, CEP: 65289-000

CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

2.3. Documentos e itens que deverão acompanhar o veículo: Cada veículo deverá ser entregue acompanhado de:

- Nota Fiscal original;
- Manual do proprietário;
- Termo de garantia do fabricante;
- Chave reserva;
- Kit de ferramentas completo (macaco, chave de roda, triângulo e estepe);
- Comprovante de licenciamento e emplacamento;
- Certificado de Conformidade do Fabricante (INMETRO), quando aplicável.

2.4. Os veículos deverão ser entregues com quantidade mínima de 10 (dez) litros de combustível, em perfeitas condições de funcionamento, livres de avarias ou defeitos, acompanhados de toda a documentação obrigatória, e prontos para uso imediato pela Administração.

3. HOMOLOGAÇÕES E CONFORMIDADES

3.1. Regras normativas: Os veículos deverão atender integralmente:

- Às normas da ABNT aplicáveis;
- Às Resoluções do CONTRAN;
- Às especificações técnicas do DENATRAN/RENAVAM;
- Às normas ambientais e de emissões vigentes (PROCONVE).

3.2. Comprovação de autenticidade: A Contratada deverá comprovar, quando solicitado:

- A origem do veículo;
- A autenticidade da Nota Fiscal;
- Que o veículo não foi utilizado previamente como:
 - Test-drive,
 - Veículo de demonstração,
 - Locação,
 - Frota ou exposição.

4. GARANTIA E RESPONSABILIDADES

4.1. Garantia mínima: A garantia deverá ser de 36 (trinta e seis) meses ou 100.000 km, o que ocorrer primeiro, contemplando:

- Motor
- Câmbio
- Sistema elétrico
- Sistema eletrônico
- Demais defeitos de fabricação

4.2. Reparos: Durante o período de garantia, quaisquer reparos deverão ser realizados em concessionária autorizada pelo fabricante, sem custos adicionais para a Contratante.

4.3. Peças e componentes: A substituição de peças deverá ser realizada exclusivamente com peças originais, mantendo o padrão de qualidade e segurança do fabricante.

5. IDENTIFICAÇÃO VISUAL

5.1. Padrão de adesivação: Os veículos deverão receber identificação visual conforme padrão definido pela Secretaria Municipal de Saúde de Maracáçumé – MA, contendo:

- Logotipo da Secretaria Municipal de Saúde;
- Faixas refletivas, conforme ABNT NBR 14561/2023;
- Inscrição obrigatória: “USO EXCLUSIVO DAS EQUIPES DE SAÚDE – SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL”.

5.2. Layout: O layout final da adesivação será fornecido pela Contratante após a homologação do certame.

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracáçumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

Anexo II - Modelo de Proposta de Preços

À Comissão Permanente de Licitação
Município de Maracáçumé

REF: Pregão Eletrônico SRP nº 027/2025

Estamos cotando os itens a seguir relacionados, com vista ao Registro de Preços para futura e eventual aquisição de veículos automotores novos, zero quilômetro, destinados a atender às necessidades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Maracáçumé – MA, conforme especificações, condições e quantidades estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, de acordo com o disposto na Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e as exigências estabelecidas no Edital, os itens a seguir:

| Item | (Descrição Completa do Item). | Fabricante, Marca e Modelo | Und | Qtd Total | VI Unit | Valor Total do Item (R\$) |
|--|-------------------------------|----------------------------|-----|-----------|---------|---------------------------|
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| Valor total da Proposta de Preços do Pregão Eletrônico SRP Nº 027/2025 | | | | | | (R\$) |

INFORMAÇÕES ADICIONAIS DA PROPOSTA

Banco: Agência: Conta:

Praça de pagamento:

Contato:

Fone: e-mail:

- 1) Nos preços indicados na planilha de preços acima estão incluídos todos os custos, inclusive aqueles com o fornecimento de benefícios, encargos, tributos e demais contribuições pertinentes, além das despesas para abertura e manutenção da conta-depósito vinculada, se for o caso.
- 2) Declaro conhecer a legislação de regência desta licitação e que os objetos serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, que conhecemos e aceitamos em todos os seus termos.
- 3) Declaro, também, que nenhum direito a indenização ou a reembolso de quaisquer despesas nos será devido, caso a nossa proposta não seja aceita pelo município de Maracáçumé, seja qual for o motivo.
- 4) O prazo de validade desta proposta é de () dias corridos, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo do Edital de Pregão Eletrônico SRP nº 027/2025.
- 5) Declaro que examinei, minuciosamente, o pertinente Edital, seus Anexos, e que estudei, comparei e os encontrei corretos, aceitando e submetendo-me, integralmente, às suas condições, e que obtive da Comissão de Licitação e/ou Pregoeiro, satisfatoriamente, todas as informações e esclarecimentos solicitados, não havendo dúvidas acerca dos serviços a executar.
- 6) Declaro que no preço global ofertado estão incluídos todos os benefícios e os custos diretos e indiretos que forem exigidos para prestação do objeto licitado, assim entendida, não só as despesas diretas, com a aquisição de materiais e pagamento da mão-de-obra, como também, as despesas indiretas, dentre elas: transporte de pessoal, alimentação, "know-how", "royalties", despesas financeiras, serviços de terceiros, aluguel e aquisição de máquinas; equipamentos, veículos e transportes; contribuições devidas à Previdência Social, encargos sociais e trabalhistas; impostos taxas e emolumentos incidentes sobre a prestação do serviço, agência de despachantes, ou outras despesas, quaisquer que sejam as suas naturezas.
- 7) Declaro, para fins de participação na licitação em epígrafe, que não possuímos em nossos quadros funcionais, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento do município de Maracáçumé.

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracáçumé – MA, CEP: 65289-000

CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

- 8) Declaro que não será permitido qualquer espécie de interferência por parte da Contratante, por intermédio de seus agentes públicos, na gestão de recursos humanos da Contratada, especialmente na seleção de nossos profissionais afetos à prestação dos respectivos serviços.
- 9) Declaro total conhecimento das condições presentes no ambiente onde os serviços serão executados / materiais serão entregues.
- 10) O procurador da empresa, cujo CNPJ é, que assinará o Contrato, é o(a)Sr(a), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), (identidade), (CPF), (endereço), (telefones) e(e-mail).

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Cidade/Estado, _____ de _____ de 2025.

(representante legal do licitante/ consórcio, no âmbito da licitação, com identificação completa)

OBS: Se a proposta for assinada por representante legal enviar cópia da procuração e documento de identificação; Se assinada por Sócio da empresa enviar documento de identificação do responsável.

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracáçumê – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

Anexo III - Minuta de Ata de Registro de Preços

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 056/2025

Pregão Eletrônico SRP nº 027/2025

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MARACAÇUMÊ – MA, inscrito no CNPJ sob o nº 11.452.644/0001-37, com sede na Rua Nova Betel, s/n, Bairro Mangueira, Maracáçumê – MA, CEP 65289-000, neste ato representado por sua Gestora, Sra. _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portadora do RG nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliada à Rua _____, Bairro _____, Maracáçumê – MA, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO de PREÇOS nº 027/2025, publicada no Diário Oficial do Município nº de / /2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 056/2025, RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS da (s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 007, de 12 de janeiro de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. Do objeto

- 1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos automotores novos, zero quilômetro, destinados a atender às necessidades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Maracáçumê – MA, conforme especificações, condições e quantidades estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I do Edital), que passa a integrar esta Ata, bem como as propostas apresentadas e classificadas, independentemente de transcrição.

2. Dos preços, especificações e quantitativos

- 2.1 O valor registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

| | |
|--------------|-----------------|
| Empresa: | |
| CNPJ: | Telefone / Fax: |
| Endereço: | E-mail: |
| Responsável: | CPF/RG: |

| Itens | Descrição dos bens | Marca Registrada | Unidade Registrada | Quantidade Registrada | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|-------|--------------------|------------------|--------------------|-----------------------|----------------------|-------------------|
| 01 | | | | | | |
| 02 | | | | | | |
| 03 | | | | | | |
| | | | | | | |

- 2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. Da adesão à Ata de Registro de Preços

- 3.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
- 3.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 3.1.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei federal nº 14.133, de 2021; e
- 3.1.3 consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 3.2 O valor registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracáçumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

- 3.2.1 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
 - 3.2.2 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
 - 3.3 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.
 - 3.4 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
 - 3.5 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da Ata de Registro de Preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 3.1.
- 4. Dos limites para as adesões**
- 4.1 As aquisições adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
 - 4.2 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
 - 4.3 A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades da Administração Pública municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei federal nº 14.133, de 2021.
 - 4.4 Da vedação a acréscimo de quantitativos**
 - 4.4.1 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
- 5. Da Validade, da formalização da ata SRP e do cadastro reserva**
- 5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
 - 5.1.1 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
 - 5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei federal nº 14.133, de 2021.
 - 5.3 Após a homologação da licitação deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
 - 5.3.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
 - 5.3.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
 - 5.3.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
 - 5.3.2.2 Mantiverem sua proposta original.
 - 5.3.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
 - 5.4 O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
 - 5.5 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
 - 5.6 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
 - 5.6.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
 - 5.6.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
 - 5.7 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
 - 5.8 Após a homologação da licitação o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei federal nº 14.133, de 2021.
 - 5.8.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
 - 5.9 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracaçumé – MA, CEP: 65289-000

CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

- 5.10 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.3 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.11 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.3.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 5.11.1 Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço (desconto) melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.11.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.12 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. Da Alteração ou da Atualização dos Preços Registrados

- 6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 6.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei federal nº 14.133, de 2021;
- 6.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.
- 6.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei federal nº 14.133, de 2021.
- 6.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
- 6.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. Da Negociação dos Preços Registrados

- 7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
- 7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei federal nº 14.133, de 2021.
- 7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 7.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 7.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei federal nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 7.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.8
- 7.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 7.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 7.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracáçumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

8. Do Remanejamento das Quantidades Registradas na Ata SRP

- 8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:
 - 8.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
 - 8.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 8.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 28 do Decreto nº 07, de 12 de janeiro de 2024.
- 8.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. Do Cancelamento do Registro do Licitante Vencedor e dos Preços Registrados

- 9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
 - 9.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
 - 9.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - 9.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 25, § 2º, do Decreto Municipal nº 07, de 12 de janeiro de 2024; ou
 - 9.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei federal nº 14.133, de 2021.
 - 9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei federal nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação
- 9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
 - 9.4.1 Por razão de interesse público;
 - 9.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
 - 9.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 07, de 12 de janeiro de 2024.

10. Das Penalidades

- 10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
 - 10.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 10.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidades participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
- 10.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. Das Condições Gerais

- 11.1 As condições gerais de fornecimento do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.
- 11.2 Fica eleito o foro privativo dos feitos da Fazenda Pública, da Comarca desta cidade de Maracáçumé, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracáçumé – MA, CEP: 65289-000

CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

11.3 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em livro próprio, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Maracáçumé - MA, de de 2025.

Pelo ÓRGÃO GERENCIADOR

.....
MUNICÍPIO DE MARACAÇUMÉ
Secretário Municipal de Saúde

Pelo FORNECEDOR

.....
(nome do representante da empresa)

CPF

(nome da empresa)

CNPJ

Testemunhas:

1ª)

CPF

2ª)

CPF

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracatumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

Anexo Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

| | |
|--------------|-----------------|
| Empresa: | |
| CNPJ: | Telefone / Fax: |
| Endereço: | E-mail: |
| Responsável: | CPF/RG: |

| Itens | Descrição dos bens | Marca Registrada | Unidade Registrada | Quantidade Registrada | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|-------|--------------------|------------------|--------------------|-----------------------|----------------------|-------------------|
| 01 | | | | | | |
| 02 | | | | | | |
| 03 | | | | | | |
| | | | | | | |

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

| | |
|--------------|-----------------|
| Empresa: | |
| CNPJ: | Telefone / Fax: |
| Endereço: | E-mail: |
| Responsável: | CPF/RG: |

| Itens | Descrição dos bens | Marca Registrada | Unidade Registrada | Quantidade Registrada | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|-------|--------------------|------------------|--------------------|-----------------------|----------------------|-------------------|
| 01 | | | | | | |
| 02 | | | | | | |
| 03 | | | | | | |
| | | | | | | |

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracáçumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

Anexo IV – Minuta Contratual

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MARACAÇUMÉ – MA E A EMPRESA _____, PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES NOVOS, ZERO QUILOMETRO, CONFORME PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 027/2025 E PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2025.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MARACAÇUMÉ – MA, inscrito no CNPJ sob o nº 11.452.644/0001-37, com sede na Rua Nova Betel, s/n, Bairro Mangueira, Maracáçumé – MA, CEP 65289-000, neste ato representado por sua Gestora, Sra. _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portadora do RG nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliada à Rua _____, Bairro _____, Maracáçumé – MA, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____, neste ato representada por seu(sua) representante legal Sr.(a) _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida por _____, e inscrito(a) no CPF sob nº _____, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si, justas e contratadas, as cláusulas e condições seguintes, com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em observância ao Pregão Eletrônico SRP nº 027/2025, que integram o presente instrumento contratual, inclusive o respectivo Termo de Referência, a Proposta Comercial da Contratada e a Ata de Registro de Preços.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de veículos automotores novos, zero quilômetro, destinados a atender às necessidades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Maracáçumé – MA, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços nº 027/2025, que integram o presente instrumento para todos os fins legais.

1.2 Discriminação do objeto:

| Item | Especificação | Marca (se exigida no edital) | Modelo (se exigido no edital) | Unidade | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total |
|------|---------------|------------------------------|-------------------------------|---------|------------|----------------|-------------|
| | | | | | | | |

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência;

1.3.2 O Edital da Licitação;

1.3.3 A Proposta da Contratada;

1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO (art. 92, VII e art. 105)

2.1 O prazo de vigência deste Contrato será o necessário para o recebimento integral do objeto, sua verificação e o respectivo pagamento, contado da data de sua assinatura, não ultrapassando 12 (doze) meses, ressalvada a necessidade de extensão para fins de cumprimento de garantia ou obrigações remanescentes.

2.2 O contrato deverá ser executado de acordo com os prazos consignados no Termo de Referência, especialmente quanto ao prazo de entrega do veículo de 90 (noventa) dias a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

2.3 Durante a vigência do contrato, é vedado à Contratada contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracáçumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1 O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.1.1 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes do fornecimento do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O prazo para pagamento à Contratada e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência Anexo I do Edital.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES (art. 92, V e VI)

7.1 O valor é fixo e irrevogável.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA (art. 92, X, XI e XIV) e (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

9.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.1 As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

11.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do município de Maracáçumé, para o exercício de 20.., na classificação abaixo:

11.1.1 Gestão/Unidade:

11.1.2 Fonte de Recursos:

11.1.3 Programa de Trabalho:

11.1.4 Elemento de Despesa:

11.1.5 Nota de Empenho:

11.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

12.2 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo ao fornecimento do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12.3 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

12.4 A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

12.5 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3 Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

Fundo Municipal de Saúde

Rua Nova Betel, s/n, Mangueira, Maracáçumé – MA, CEP: 65289-000
CNPJ nº. 11.452.644/0001-37

13.1 É vedado à CONTRATADA:

13.1.1 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2 Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da Contratante, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

14.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica da Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei federal nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1 Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município de Maracáçumé, no prazo previsto na Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO (art. 92, §1º)

17.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Maracáçumé, Estado de Maranhão, para dirimir questões oriundas deste Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Maracáçumé - MA,

MUNICÍPIO de MARACAÇUMÉ
Secretária Municipal de
CONTRATANTE

EMPRESA CONTRATADA
Razão social/ CNPJ
Nome do responsável legal/ CPF:
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª)
CPF

2ª)
CPF